

3) por ser pressuposto objetivo de existência do processo, havendo a indevida distribuição, a consequência jurídica é o seu cancelamento, providência que extermina o processo no seu nascedouro;

4) nos casos de despacho em plantão, observa-se o seguinte:

a) *se concedida a liminar pleiteada*, conforme determinam o inciso I, art. 14 da lei 9.289/96 c/c § 3º, art. 179 do Provimento/COGER 03/2002, na Justiça Federal da 1ª Região, *as custas iniciais deverão ser recolhidas no primeiro dia útil seguinte, antes da distribuição*, quando o juiz plantonista remeter a petição e sua decisão à Seção de Classificação e Distribuição. Se forem recolhidas as custas nesse prazo, a petição será distribuída normalmente.

Se, entretanto, as custas não forem pagas nesse prazo, a petição não será distribuída, devendo o juiz distribuidor devolvê-la ao seu signatário e oficiar a parte a quem incumbir o cumprimento da liminar, dando-lhe conhecimento desse fato para que seja efetivamente cumprida a sanção prevista na parte

final do § 3º, art. 179, do Provimento/COGER 03/2002 que diz que haverá o *cancelamento do que houver sido ordenado*, ou seja, a *liminar perderá a sua eficácia*;

b) *se não houver sido concedida a liminar no plantão*, havendo o pagamento das custas no dia útil subsequente, no prazo legal, a distribuição será feita normalmente. Se não houverem sido recolhidas as custas iniciais nesse prazo, a distribuição não será feita e a petição será simplesmente devolvida ao seu signatário;

5) registre-se que, querendo, a parte interessada poderá renovar o pleito e, se recolher as custas iniciais a tempo e modo, seu pedido terá trânsito normal com a consequente distribuição;

6) por último, *de lege ferenda*, é de se observar que melhor teria agido o legislador processual como fez no art. 254 do CPC, no tocante a ausência de procuração, se na redação do art. 254, de modo expresso, e não de forma implícita, *proibisse a distribuição de petições iniciais sem o pagamento das custas devidas*.

## Escola indígena: o direito à diferença

Mônica Sifuentes\*

Em 1940 realizou-se em Patzcuaro, no México, o primeiro Congresso Indigenista Interamericano, com a presença de diversos representantes de países da América, inclusive o Brasil. Dizem que durante o evento, algum dos presentes observou a ausência dos próprios índios, os verdadeiros interessados e destinatários do tema ali discutido, motivo pelo qual imediatamente se formou uma co-

missão, encarregada de convencê-los a participar. A empreitada logo se revelou nada fácil: desconfiados da repentina gentileza dos brancos, foram necessários alguns dias para que os indígenas acreditassem na importância do Congresso para a garantia dos seus próprios direitos. Aceito o convite, um ressabiado grupo finalmente adentrou o recinto onde se realizava o Congresso, sendo entusiástica-

\* Juíza Federal da 3ª Vara/DF; Autora do livro: O Acesso ao Ensino Fundamental no Brasil – um direito ao desenvolvimento.

mente aplaudido pelos engravatados senhores que representavam os diversos países do continente americano. O dia era 19 de abril e a data, pela *sua importância na história do indigenismo*, foi dedicada à comemoração do Dia do Índio nas Américas.

Em 1943 o Presidente Getúlio Vargas, acolhendo a proposta subscrita pelo representante brasileiro no Congresso Indigenista, instituiu no país o dia consagrado aos índios (DL 5.540, de 02/06/43). Ao estilo da famosa Lei Áurea, que decretou a abolição da escravatura, foi estabelecido em dois simples artigos: art. 1º “É considerada Dia do Índio a data de 19 de abril”; art. 2º. “Revogam-se as disposições em contrário”. Ponto final. Nenhuma medida social ou política, a motivar a comemoração.

Melhor teriam feito os ilustres e bem intencionados participantes daquele memorável Congresso Indigenista se tivessem adotado como lema o refrão da música, composta décadas depois por Jorge Benjor, lembrando-se do tempo em que *todo dia era dia do índio*. Lamenta-se que eles agora só tenham o dia 19 de abril.

Ironia à parte, o quadro descrito acima é emblemático de como se tem tratado a questão indígena nestes séculos que nos separam do *descobrimento*. Muito pouco, ou quase nada, se fez pela preservação da sua cultura, dos seus costumes e da sua história, desde que os nossos índios foram apresentados às cortes européias como espécime exótico, sobre o qual Rousseau criou o mito do *bom selvagem*.

A realidade vivida pelos nossos povos indígenas, passados mais de 500 anos, não é nada romântica.

Como Juíza Federal em Ilhéus, em 1994, ao dar cumprimento a carta de ordem emanada do Supremo Tribunal Federal, realizei inspeção judicial na Aldeia dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, no Município de Pau Brasil, no sul da Bahia. Causou-me viva impressão a situa-

ção de penúria dos habitantes daquela que se convencionou chamar de Aldeia Caramuru-Catarina Paraguaçu: umas duas centenas de barracos de pau-a-pique, sem a mínima infra-estrutura sanitária, uma sala dentro do posto da Funai, com alguns medicamento, chamada eufemisticamente de *posto de saúde*, poucas plantações, a água potável vindo de fora, a terra seca, que já fora uma grande plantação de cacau, a escola primária (até a 4ª série), funcionando precariamente com professores da própria comunidade que, por sua vez, careciam de preparo. Nada semelhante ao que se espera encontrar em uma aldeia indígena. Era simplesmente uma aldeia de pessoas no limite da miséria.

O grupo que restou dos Pataxós Hã-Hã-Hãe, orgulhoso de ter sido uma grande Nação, encontra-se, tanto na Bahia como em Minas Gerais, praticamente aculturado. Isso quer dizer que os seus membros se adaptaram aos usos e costumes trazidos pelos brancos, mas continuam longe da sociedade civilizada, ou seja, aquela que presumivelmente oferece acesso aos meios básicos de sobrevivência: alimentação, higiene, saúde e, sobretudo, educação. Desconheço que outras tribos, salvo uma ou outra que tenha conseguido se preservar, escondendo-se mais e mais no coração das nossas florestas, vivam em melhores condições que os Pataxós.

Toda essa situação é, a meu ver, fruto de uma política que o tempo comprovou ser equivocada: a de que os indígenas deveriam ser *incorporados* à comunidade nacional, à civilização trazida da Península Ibérica pelos brancos. Sob o falacioso argumento de se tentar assegurar aos indígenas o direito à igualdade, na verdade, negava-se-lhes o direito à diferença.

A Constituição de 1988, a primeira a trazer um capítulo inteiro dedicado aos indígenas, retratou a mudança de filosofia e postura a nortear o relacionamento dos indígenas

com a sociedade instituída pelos brancos. Não bastava dizer, como ficou expresso no *caput* do art. 231, que o Estado lhes reconhecia a organização social, os costumes, as crenças e tradições. O verdadeiro instrumento para o resgate da identidade indígena, e esse foi um dos raros momentos de grande sensibilidade do legislador constituinte, estava em meio ao capítulo que cuidava da educação. Às comunidades indígenas foi conferido, pela norma constitucional, o direito de utilizarem os seus próprios processo de aprendizagem, bem como a sua língua materna (art. 210, § 2º), no ensino fundamental regular. Vale lembrar que, de acordo com as normas jurídicas anteriores, apenas a língua portuguesa era admitida na alfabetização oficial.

A escola indígena passou a ser concebida, desse modo, como uma escola diferenciada e, sobretudo, bilíngüe. Deverá ser um espaço adaptado aos usos e costumes de cada tribo (e no Brasil são aproximadamente duzentas), onde a língua-mãe conviva pacificamente com o português, em intercâmbio po-

sitivo de culturas, como marca da diversidade tão peculiar ao nosso País.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.424/96) foi fiel a esse espírito, afirmando que a educação escolar fornecida aos índios deverá lhes proporcionar “a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências”.

Lamentavelmente, o processo de implantação das escolas indígenas tem sido lento: novas filosofias impõem mudanças de mentalidades tanto no Governo que as executa, como na sociedade que as recebe e multiplica. Urge se tomem providências concretas, mais rápidas e eficazes, não sendo demais lembrar-se de que o tempo torna irreversíveis alguns males. A escola indígena é a esperança de que afinal renasça, pelas crianças, a identidade cultural e, com ela, o respeito e a dignidade de cada um desses povos, herdeiros legítimos de um Brasil que já foi completamente verde, azul e amarelo.

## Do lançamento por homologação e o direito de obtenção de certidão negativa de débito relativo a valores compensados

Marco Aurélio Carvalho Gomes\*

Malgrado tratar-se de tema de grande relevância e amplitude, a emissão de Certidão Negativa de Débito necessário às empresas para a prática de diversos atos hodiernos no exercício de suas atividades estatutárias (conforme imposição do art. 205 do CTN), a doutrina pátria muito pouco tem se posicionado acerca do referido tema, sobretudo,

quando analisadas as situações adstritas aos fatos sujeitos ao lançamento por homologação tendo em vista o momento a partir do qual poderá ser negada, pelo órgão emissor do mencionado documento, a expedição da aludida certidão. Apesar de que a emissão da certidão se insere na competência dos três entes federados e suas autarquias, o presen-

\*Advogado em Brasília/DF